



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Órgão/Entidade	Prefeitura Municipal de Itajaí/SC
Unidade Demandante	Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas (SECADM)
Processo Administrativo	77346/2026-e
Objeto	Locação de veículos automotores sem motorista, por lotes, com manutenção, seguro total, assistência 24h e substituição — 7 lotes / 70 veículos
Natureza	Serviço continuado — art. 106 e 107 da Lei 14.133/2021
Modalidade indicada	Pregão Eletrônico — art. 28, I c/c art. 82 da Lei 14.133/2021
Decreto Municipal	Decreto Municipal nº 12.840, de 25 de janeiro de 2024
Equipe de Planejamento	Rodrigo Antônio Corin Cavalheiro — motorista (Mat. 1304901) Jonas Anselmo — Assessor 1 (Mat. 2701001) Marcio Gazaniga Moraes — Diretor (Mat. 2703501)
Aprovação	Marnei Luchtenberg — Diretor Executivo de Administração (Mat. 2677501)
Versão / Data	4.0 — Março de 2026 (ETP Revisado — Critérios Técnicos de Frota Aprofundados)
Valor Máximo Estimado	R\$ 3.692.315,04 (doze meses)





1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: art. 18, §1º, I da Lei 14.133/2021 — 'problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público'.

1.1 Contexto Institucional

A Administração Municipal de Itajaí/SC conta com uma frota de veículos distribuída entre Secretarias, Fundações e Autarquias, essencial para viabilizar a execução de serviços públicos como fiscalização, vistorias de obras, atendimento social e deslocamentos administrativos. A gestão eficiente desta frota é condição sine qua non para o funcionamento das atividades finalísticas do Município.

1.2 Diagnóstico da Frota Atual — Indicadores Objetivos

Em atendimento à exigência da DLC (e-DOC 95745AC9) de apresentar indicadores concretos e dados mensuráveis, a situação atual da frota municipal foi diagnosticada pela Central de Veículos com base nos registros de utilização do exercício de 2025:

Indicador da Frota Atual	Dado Apurado / Referência
Frota total administrada	Aproximadamente 80 veículos em uso institucional
Idade média da frota	8,4 anos (calculada sobre veículos em operação ativa — 2025)
Índice médio de indisponibilidade	Estimado em 18% a 25% do tempo útil mensal por unidade, considerando manutenção corretiva e preventiva
Custo médio de manutenção por veículo (referência histórica 2025)	R\$ 8.500,00 a R\$ 20.000,00/ano conforme categoria e estado de conservação (ver Anexo I — Estudo Econômico)
Quilometragem média anual apurada	9.442 km/ano (Lote 1 — ref. VW Polo placa SXB 0B82); 40.861 km/ano (Lote 2 — ref. Onix Sedan placa RYE 8H80)
Veículos com mais de 10 anos de uso	Percentual relevante da frota, com custos de manutenção corretiva crescentes





Indicador da Frota Atual	Dado Apurado / Referência
Reclamações de indisponibilidade	Registradas formalmente pelas Secretarias usuárias com impacto na execução de serviços essenciais
Ausência de sistema de gestão/rastreamento	Frota atual sem telemetria, diário de bordo eletrônico ou controle de rotas sistematizado

1.3 Problemas Identificados e seus Impactos

O problema central que esta contratação visa resolver é: a incapacidade da Administração Municipal de garantir mobilidade institucional contínua, segura e economicamente eficiente por meio da frota própria existente. Três vetores compõem este problema:

1.3.1 Interrupções Operacionais e Indisponibilidade

A indisponibilidade média de 18% a 25% da frota ativa compromete diretamente a continuidade de serviços públicos. Fiscalizações são atrasadas, vistorias de obras são reagendadas e atendimentos sociais são prejudicados. Em situações de emergência (Defesa Civil, vigilância sanitária), a indisponibilidade pode gerar danos irreparáveis à população.

1.3.2 Custos Elevados e Imprevisíveis

A gestão de frota própria gera despesas variáveis de difícil previsão: manutenção corretiva emergencial, IPVA seguro, licenciamento e depreciação acelerada. O estudo econômico (Anexo I, revisado) demonstra que o Custo Total de Propriedade (TCO) da frota própria supera o custo da locação em 6% a 34%, conforme categoria de veículo, considerando período de três anos.

1.4 Impactos de NÃO Contratar

A não realização da contratação implicará:

- Manutenção de uma frota obsoleta com custos crescentes e imprevisíveis de manutenção corretiva;
- Continuação das interrupções nos serviços públicos finalísticos das Secretarias e órgãos usuários;
- Risco de acidentes de trânsito por uso de veículos em estado inadequado de conservação (CTB, art. 230);





1.5 Benefícios Esperados e Resultados Pretendidos

A contratação da locação de veículos permitirá: (a) transformar custos variáveis e imprevisíveis em despesa fixa e previsível; (b) garantir frota sempre disponível, moderna e em boas condições de conservação; (c) liberar servidores de tarefas administrativas de gestão de frota, permitindo foco nas atividades finalísticas; (d) reduzir custos totais entre 6% e 34% conforme demonstrado no Estudo Econômico Revisado (Anexo I).

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)

Fundamentação: art. 18, §1º, II da Lei 14.133/2021.

A presente contratação está devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do Município de Itajaí/SC para o exercício vigente, conforme marcação (x) SIM registrada no ETP original. A inclusão no PCA demonstra o alinhamento estratégico da demanda com o planejamento governamental, visando a modernização da gestão administrativa, a otimização dos recursos públicos e a garantia da continuidade dos serviços essenciais prestados à população.

O alinhamento se dá com as seguintes peças de planejamento:

- Plano de Contratações Anual (PCA) do exercício vigente — item relativo à modernização da gestão de frota;
- Programa de governo municipal voltado à modernização administrativa;
- Lei Orçamentária Anual (LOA) — dotação orçamentária identificada para suporte à despesa.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: art. 18, §1º, III da Lei 14.133/2021. Enunciado CJF 32/2023: 'requisitos do ETP são os necessários à escolha da solução — não se confundem com requisitos de habilitação'.

3.1 Requisitos Funcionais (o que os veículos devem fazer)

Os veículos devem garantir mobilidade institucional segura, confiável e contínua para servidores municipais em deslocamentos de trabalho, incluindo fiscalização, vistorias, atendimento social e administrativo, em todo o território do Município e região metropolitana.

3.2 Requisitos de Conservação — Modelo de Equilíbrio Técnico-Jurídico





3.2.1 O Duplo Risco Jurídico e a Posição Adotada

A definição dos critérios de conservação dos veículos locados enfrenta dois vetores opostos de risco jurídico, igualmente reconhecidos pelos órgãos de controle:

Risco 1 — Restrição Indevida (excesso)	Risco 2 — Omissão Técnica (insuficiência)
Exigência de zero quilômetro ou parâmetros excessivamente rígidos na entrada da frota	Ausência de critérios mínimos de idade, quilometragem e conservação
Precedente: TCE-SP (TC-017129.989.18-2) — excluiu exigência de veículos novos; TCE-SC (Pregão 19/2025 Imbituba) — suspendeu edital inicialmente pela exigência de zero km	Precedente: TCE-SP (Comunicado GP 25/2025) — apontou como vício a ausência de critérios mínimos de idade máxima, manutenção e qualidade
Consequência: impugnação por restrição à competitividade (art. 9º, I, 'a', da Lei 14.133/2021)	Consequência: admissão de frota obsoleta, riscos à segurança dos servidores e descontinuidade dos serviços

A posição adotada neste ETP — em versão 4.0, fundamentada em relatório técnico-jurídico de apoio — é o modelo de equilíbrio: nem zero quilômetro obrigatório como regra, nem ausência de critério mínimo. O ponto de equilíbrio, à luz dos normativos e precedentes analisados, é descrito nos itens a seguir.

3.2.2 Critérios na Entrega Inicial da Frota

Para a entrega inicial dos veículos, a contratada deverá fornecer:

Critério de Entrada	Parâmetro Adotado	Fundamentação Técnica e Normativa
Idade máxima na entrega	Até 2 (dois) anos de fabricação (ano-modelo/ano-fabricação em relação à data de entrega)	Veículos com até 2 anos estão, em regra, cobertos pela garantia de fábrica (3 a 5 anos no Brasil). Histórico de manutenção reduzido e verificável. Componentes de segurança (pneus, freios, suspensão, airbags) dentro da janela de desgaste mínimo. É mais flexível que zero km — não exige concessionária — mas preserva vida útil remanescente ampla para contrato com prorrogação decenal





Critério de Entrada	Parâmetro Adotado	Fundamentação Técnica e Normativa
		(art. 107, Lei 14.133/2021). Base: Portaria DNIT 5.450/2022 — vida útil de passeio = 7 anos; início do contrato em até 2 anos deixa 5 anos úteis de margem.
Quilometragem máxima na entrega	Até 40.000 km rodados, devidamente comprovados pelo hodômetro e histórico de manutenção	Limite técnico correspondente à primeira grande revisão dos fabricantes (revisão dos 40.000 km). Abaixo deste patamar, componentes críticos como pastilhas de freio, pneus e amortecedores estão dentro da vida útil primária (ABNT NBR 14040). Parâmetro aceito pela jurisprudência do TCE-SP (TC-017129.989.18-2), que não repudiou critério de substituição nessa faixa, exigindo apenas que a quilometragem média mensal estimada seja informada no TR.
Estado de conservação e documentação	Perfeito estado de conservação; CRLV vigente; seguro obrigatório; IPVA quitado; vistoria técnica aprovada	Art. 230 do CTB — condução de veículo em mau estado de conservação é infração grave. Portaria SEA-SC 719/2021 — na especificação de veículos, a Administração deve considerar itens de segurança. A aferição se dará por inspeção no ato da entrega.

A exigência de até 2 anos de fabricação e até 40.000 km NA ENTREGA não é exigência de zero km. Empresas de locação podem fornecer veículos até 2 anos já em uso, desde que dentro dos parâmetros estabelecidos. Essa distinção é fundamental para afastar alegações de restrição à competitividade. O TCE-SP (TC-017129.989.18-2) excluiu a exigência de 'veículos novos', não a de critério mínimo razoável de entrada. O TCE-SC (Pregão Imbituba/2025), após análise completa, reconheceu que a exigência de zero km pode ser justificada por segurança e confiabilidade — o que reforça, a contrário sensu, que qualquer critério de entrada precisa de motivação técnica explícita.

A razão pela qual a Administração optou por não exigir zero quilômetro decorre da busca por maior competitividade, compatível com o precedente do TCE-SP que admite limite de idade razoável mas rejeita a imposição





automática de veículo zero quilômetro. A conjugação de até 2 anos de fabricação e 40.000 km representa o equilíbrio adequado: preserva vida útil remanescente suficiente, afasta frota obsoleta e amplifica o universo de licitantes aptos.

3.2.3 Critérios de Substituição Contratual — Gestão do Ciclo de Vida

Para contratos contínuos com prorrogação sucessiva até o limite decenal (art. 107 da Lei 14.133/2021), a Administração deve pensar a frota não apenas para a entrega inicial, mas para a sustentabilidade técnica ao longo de toda a execução. Os critérios de substituição obrigatória pela contratada, sem ônus adicional à Administração, são:

Alínea	Hipótese de Substituição Obrigatória	Fundamentação
a)	Atingir 5 (cinco) anos de fabricação ou 100.000 km rodados, o que ocorrer primeiro.	A renovação da frota realizada quando os veículos atingirem 5 (cinco) anos de fabricação ou 100.000 (cem mil) quilômetros rodados, prevalecendo a condição que ocorrer primeiro , fundamenta-se em aspectos essenciais para a manutenção da eficiência operacional, economicidade e segurança dos serviços prestados. Abaixo do teto de vida útil do DNIT para veículos de passeio (7 anos — Portaria DNIT 5.450/2022, item 4.3.1), favorecendo a confiabilidade operacional. Acima da rigidez do zero km. Prevê, assim, a substituição dos veículos antes de apresentarem desgaste acentuado de componentes, reduzindo sua confiabilidade e necessidade de substituições rotineiras; além de manter-se abaixo da idade média da frota própria do Município (8,4 anos apurada em 2025), demonstrando que a Administração busca ter veículos mais modernos do que os que atualmente opera, sem incorrer em exigência desproporcional. O patamar de 100.000 km é conservador, abaixo do limite DNIT (150.000 km), compatível com 5 anos de uso moderado (~20.000 km/ano), e afasta a crítica de omissão técnica sem ser rígido demais. Destaca-se ainda o aspecto ambiental, considerando que





Alínea	Hipótese de Substituição Obrigatória	Fundamentação
		veículos mais novos tendem a apresentar menor emissão de poluentes e maior eficiência energética, alinhando-se às diretrizes de sustentabilidade e responsabilidade ambiental.
b)	Indisponibilidade recorrente ou manutenção que comprometa a continuidade do serviço	Antieconomicidade por uso prolongado — Decreto SC 1.505/2021, art. 7º, I e II: renovação possível por 'antieconomicidade decorrente do uso prolongado' e 'desgaste prematuro ou manutenção onerosa'.
c)	Falha ou condição que afete segurança, regularidade, conforto mínimo ou desempenho operacional	CTB, art. 230 — infração grave conduzir veículo em mau estado. ABNT NBR 14040 — critérios técnicos de segurança. Portaria SEA-SC 719/2021 — itens de segurança como critério de especificação.
d)	Somatório de manutenções corretivas evidenciar antieconomicidade — quando o custo acumulado nos 12 meses anteriores ultrapassar 50% do valor de mercado (FIPE) do veículo	Portaria DNIT 5.450/2022, item 4.3.1 — encerramento da vida útil quando 'custo de manutenção dos últimos 12 meses ultrapassar metade do valor de mercado'. Decreto SC 1.505/2021, art. 8º, I — exige demonstrativo de custos de manutenção para substituição.

3.2.4 Segmentação por Categoria de Veículo

O TR deverá estabelecer faixas próprias, conforme orientação do relatório técnico de apoio e precedente do TCE-SP que admitiu até 10 anos para caminhões em uso operacional mais severo:

Lote	Categoria	Entrega (máx.)	Substituição (máx.)	Observação
1	Hatch ≥ 1.0 — uso administrativo padrão	2 anos / 40.000 km	5 (cinco) anos de fabricação ou 100.000 km rodados, o que	Critério base para veículos leves de passeio





Lote	Categoria	Entrega (máx.)	Substituição (máx.)	Observação
			ocorrer primeiro.	
2	Sedan — uso administrativo/transporte de autoridades	2 anos / 40.000 km	5 (cinco) anos de fabricação ou 100.000 km rodados, o que ocorrer primeiro.	Mesmo critério — uso similar
3	SUV 2.0 — uso misto / áreas de difícil acesso	2 anos / 40.000 km	5 (cinco) anos de fabricação ou 100.000 km rodados, o que ocorrer primeiro.	Eventual uso mais exigente pode demandar revisão
4	Minivan 7 lugares — transporte coletivo	2 anos / 40.000 km	5 (cinco) anos de fabricação ou 100.000 km rodados, o que ocorrer primeiro.	A definir conforme uso médio apurado no TR
5	Furgão — carga	2 anos / 40.000 km	5 (cinco) anos de fabricação ou 100.000 km rodados, o que ocorrer primeiro.	Uso utilitário — critério DNIT aplicável
6	Utilitário pick-up — campo/fiscalização	2 anos / 40.000 km	5 (cinco) anos de fabricação ou 100.000 km rodados, o que ocorrer primeiro.	Uso operacional mais severo justifica critério mais amplo
7	Off Road 4x4 — operacional / Defesa Civil	2 anos / 40.000 km	5 (cinco) anos de fabricação ou 100.000 km rodados, o que ocorrer primeiro.	Uso operacional pesado — critério diferenciado por categoria, conforme TCE-SP





3.3 Requisitos dos Serviços Agregados

- Manutenção preventiva e corretiva: responsabilidade integral da contratada, sem repasse de custos à Administração;
- Seguro total (ver item 3.4 abaixo para tratamento da franquia);
- Assistência 24 horas em todo o território nacional;
- Veículo substituto em caso de indisponibilidade (ver metas revisadas no item 11);
- Fornecimento de adesivos de identificação institucional quando necessário ao uso oficial;
- Sistema de rastreamento veicular com telemetria e diário de bordo eletrônico — requisito de governança e controle (ver tratamento como contratação correlata no item 9).

3.4 Requisito de Seguro — Tratamento da Franquia

O seguro total é exigência de natureza operacional, destinada a proteger a Administração de responsabilidades por danos a terceiros e à frota locada. Quanto à franquia, a Administração adota a seguinte posição revisada, compatível com a orientação da DLC e com a jurisprudência dos Tribunais de Contas:

- O seguro total é obrigatório com cobertura mínima para colisão, roubo/furto e danos a terceiros;
- A franquia poderá ser integralmente suportada pela contratada, ou compartilhada entre contratada e contratante, desde que a proposta explicita o modelo e o custo seja refletido na mensalidade;
- A análise de custo-benefício entre as modalidades (franquia zero × franquia compartilhada) será realizada na fase de pesquisa de preços definitiva e refletida no TR;
- Vedado qualquer repasse de custo de franquia à Administração que não esteja previamente estipulado em contrato.

Esta modelagem amplia a competitividade sem comprometer a proteção patrimonial da Administração, em linha com o Acórdão 2129/2021-TCU-Plenário.

3.5 Requisitos de Sustentabilidade

- Preferência por veículos com menor emissão de CO₂ e maior eficiência energética (PROCONVE — Resolução CONAMA 491/2018);
- Exigência de destinação ambientalmente adequada de resíduos (pneus, baterias, óleos, peças) pela contratada — logística reversa aplicável;
- Priorizar veículos com certificação de qualidade ambiental quando disponíveis no mercado.





4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

Fundamentação: art. 18, §1º, IV da Lei 14.133/2021 — 'acompanhadas de memórias de cálculo e documentos que lhe dão suporte'.

4.1 Metodologia de Estimativa

As quantidades foram estimadas com base nos seguintes critérios, conforme orientação da DLC:

- Histórico de utilização da frota nos 12 meses anteriores (2025) — levantado pela Central de Veículos;
- Quilometragem média mensal por unidade de cada categoria;
- Taxa de indisponibilidade média dos veículos existentes (estimada entre 18% e 25%);
- Custos de manutenção dos veículos a substituir — estudo econômico (Anexo I);
- Demandas formalmente apresentadas pelas Secretarias, Fundações e Autarquias do Município;
- Necessidade de guarda de capacidade de reserva para substituição.

Fórmula geral aplicada: Quantidade necessária = (Demanda operacional total da Secretaria ÷ Disponibilidade média da frota) + Reserva técnica de substituição (≈ 10% por lote).

4.2 Quantitativos por Lote

Lote	Descrição do Veículo	Qtd. Estimada	Unidade	Base da Estimativa
1	Veículo Hatch 1.0, 5 portas	39	Veículo/mês	Demanda histórica + substituição frota obsoleta
2	Veículo Sedan 1.0 Turbo, 5 portas	8	Veículo/mês	Demanda das Secretarias que requerem maior porte
3	Veículo SUV 2.0	2	Veículo/mês	Demanda específica por terrenos variados
4	Veículo Minivan 7 lugares	4	Veículo/mês	Transporte de equipes e deslocamentos coletivos





Lote	Descrição do Veículo	Qtd. Estimada	Unidade	Base da Estimativa
5	Utilitário Compacto Furgão 1.3 — 2 lugares	3	Veículo/mês	Transporte de materiais e equipamentos
6	Utilitário Compacto 1.3 — 5 lugares	13	Veículo/mês	Fiscalização, obras e serviços de campo
7	Veículo Off Road 4x4 — Uso operacional / Viatura adesivada	1	Veículo/mês	Defesa Civil e operações em terrenos adversos
—	TOTAL GERAL	70	Veículos	—

4.3 Interdependências com Outras Contratações

Os quantitativos estimados consideram a existência de contrato vigente de abastecimento de combustível, mantido em instrumento próprio, sem interdependência que inviabilize a execução do presente objeto.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ANÁLISE DE ALTERNATIVAS

Fundamentação: art. 18, §1º, V da Lei 14.133/2021. ATENÇÃO: Para contratação envolvendo locação, o levantamento de mercado é OBRIGATÓRIO (Manual ETP Digital e IN SEGES 58/2022).

5.1 Alternativas Mapeadas no Mercado

Alternativa	Descrição	Disponibilidade de Mercado
Solução 1: Aquisição de frota própria (compra)	Aquisição de veículos novos para patrimônio municipal via processo licitatório	Alta — mercado automotivo competitivo
Solução 2: Locação de veículos (Full Service)	Contratação de empresa especializada — mensalidade fixa inclui manutenção, seguro, assistência e substituição	Alta — mercado de locação corporativa consolidado no Brasil
Solução 3: Serviços de transporte por	Utilização de plataformas de transporte	Alta — mas inadequada para demanda estrutural e





Alternativa	Descrição	Disponibilidade de Mercado
aplicativo (Uber, 99)	compartilhado para deslocamentos pontuais	contínua
Solução 4: Adesão a ata de SRP de outro ente	Adesão a ata de registro de preços de outro município ou estado para locação de veículos	Média — depende da existência de ata compatível vigente
Solução 5: Gestão por equipe própria sem locação	Manutenção e expansão da frota própria com estrutura interna de oficina e gestão	Tecnicamente viável, porém exige alto investimento em infraestrutura

5.2 Análise Comparativa com Critérios Padronizados

Esta análise adota critérios objetivos com pontuação de 1 (insatisfatório) a 5 (ótimo) para cada alternativa:

Critério	Peso	Sol. 1 Aquisição	Sol. 2 Locação	Sol. 3 Aplic.	Sol. 4 SRP	Sol. 5 Própria
Custo Total (TCO 3 anos)	30%	2 (60)	5 (150)	1 (30)	4 (120)	2 (60)
Disponibilidade/Continuidade	25%	2 (50)	5 (125)	2 (50)	4 (100)	2 (50)
Eficiência Administrativa	20%	1 (20)	5 (100)	2 (40)	4 (80)	1 (20)
Flexibilidade Operacional	10%	2 (20)	5 (50)	3 (30)	4 (40)	2 (20)
Sustentabilidade Ambiental	10%	3 (30)	5 (50)	2 (20)	4 (40)	2 (20)
Competitividade / Isonomia	5%	5 (25)	5 (25)	4 (20)	3 (15)	N/A
PONTUAÇÃO TOTAL (0–500)	100%	205	500	190	395	170

A Solução 2 (Locação de Veículos — Full Service) alcança a maior pontuação ponderada (500/500), resultado não de preferência prévia, mas da análise objetiva dos critérios acima, conforme detalhado no Anexo I (Estudo





Econômico Revisado).

A Solução 4 (Adesão à SRP) é alternativa viável (395 pontos), mas sua concretização depende da existência de ata compatível e vigente, o que não pôde ser confirmado no mercado regional para o volume e especificidade demandados pelo Município. Caso identificada ata adequada antes da abertura do certame, este ETP poderá ser revisado para considerar a adesão.

6. ANÁLISE ECONÔMICA REVISADA — CUSTO TOTAL DE PROPRIEDADE (TCO)

Fundamentação: art. 18, §1º, V e IX; art. 11, I da Lei 14.133/2021 — 'avaliação das alternativas tecnológicas e custo do ciclo de vida do objeto'. Acórdão 2450/2025-TCU-Plenário.

6.1 Metodologia TCO Adotada

Adota-se a metodologia do Custo Total de Propriedade (TCO — Total Cost of Ownership), conforme art. 11, I da Lei 14.133/2021 e orientação do Acórdão 2450/2025-TCU-Plenário. O TCO considera todos os custos diretos e indiretos associados a cada alternativa ao longo do período de análise (36 meses):

Componente de Custo	Frota Própria (compra)	Locação (Full Service)
Custo de aquisição/investimento inicial	SIM (alto — ver tabela FIPE por categoria)	NÃO (zero)
Depreciação do veículo	SIM — estimada em 20% a.a. no primeiro ano e em 10% a.a. nos anos seguintes (tabela FIPE)	NÃO (risco da locadora)
IPVA	SIM — calculado sobre valor venal	NÃO (obrigação da locadora)
Seguro total	SIM	SIM (incluso na mensalidade)
Manutenção preventiva e corretiva	SIM — variável e imprevisível	NÃO (obrigação da locadora)
Custo administrativo de gestão de frota	SIM — pessoal, sistemas, oficina	REDUZIDO — apenas fiscalização
Custo de indisponibilidade (serviço parado)	SIM — estimado em 18% a 25%	REDUZIDO — substituição garantida
Valor residual (venda ao	SIM — recuperação	NÃO se aplica





Componente de Custo	Frota Própria (compra)	Locação (Full Service)
final)	parcial (~70% do FIPE)	
Custo de capital imobilizado (custo de oportunidade)	SIM — capital que poderia estar investido	NÃO se aplica

6.2 Nota sobre o Indicador de 'Ganho com Investimento' — Correção

O indicador de 'ganho com investimento' ou 'não perda', de 14,51%, utilizado no Anexo I do ETP original, representa uma taxa de oportunidade de capital para calcular o custo do capital imobilizado na aquisição de frota própria. Na hipótese de aquisição, há imobilização imediata de recursos financeiros relevantes, os quais deixam de ser aplicados em alternativas que poderiam gerar retorno financeiro ou institucional. Adicionalmente, a manutenção da liquidez financeira amplia a capacidade de resposta da Administração frente a demandas imprevistas, reforçando a eficiência na gestão orçamentária e financeira. O percentual inicialmente adotado, de 14,51%, apesar de totalmente viável, pode, em uma análise mais crítica, ser considerado excessivo. Diante disso, o TCO revisado (item 6.3), adotando postura mais conservadora, reduz esse índice para 12% a.a., compatível com a rentabilidade média de aplicações financeiras de baixo risco e com o custo de capital praticado no mercado. Tal parâmetro representa o ganho potencial que deixaria de ser auferido em caso de imobilização de recursos na aquisição de veículos, permitindo adequada comparação econômica com a alternativa de locação.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: art. 18, §1º, VI da Lei 14.133/2021. Acórdão 2622/2015-TCU-Plenário — memória de cálculo obrigatória. Acórdão 1056/2017-TCU-Plenário — pesquisa de preços deve refletir o mercado real.

7.1 Metodologia de Pesquisa de Preços

A estimativa de valor foi obtida mediante pesquisa de preços realizada com base nas seguintes fontes, em atendimento ao art. 23 da Lei 14.133/2021 e normativos correlatos:

Nº	Fonte de Pesquisa	Descrição
1	Painel de Preços (gov.br/paineldepregos)	Consulta a contratações similares de locação de veículos por órgãos públicos federais e estaduais, por categoria





Nº	Fonte de Pesquisa	Descrição
2	Contratos similares de municípios da Região Sul	Levantamento de contratos de locação vigentes em municípios de porte similar a Itajaí/SC (100k a 300k habitantes)
3	Consultas diretas ao mercado (cotações exploratórias)	Solicitações de proposta preliminar a empresas especializadas em locação corporativa/governamental, sem comprometimento da Administração
4	PNCP — Portal Nacional de Contratações Públicas	Consulta a editais e atas de licitação recentes para o mesmo objeto

7.2 Memória de Cálculo — Estimativa Consolidada

Lote	Descrição	Qtd.	Vlr. Unit. Mensal (R\$)	Total Mensal (R\$)	Total Anual (R\$)
1	Hatch 1.0	39	3.768,25	146.961,75	1.763.541,00
2	Sedan 1.0	8	4.519,50	36.156,00	433.872,00
3	SUV 2.0	2	8.095,75	16.191,50	194.298,00
4	Minivan 7 lugares	4	5.435,00	21.740,00	260.880,00
5	Utilitário 2 lugares	3	4.499,50	13.498,85	161.982,00
6	Utilitário 5 lugares	13	4.674,50	60.768,50	729.222,00
7	Off Road 4x4 operacional	1	12.376,67	12.376,67	148.520,04
—	VALOR MÁXIMO ESTIMADO (referência — pesquisa preliminar)	70	—	307.693,27	3.692.315,04

O valor máximo estimado de R\$ 3.692.315,04 (doze meses) foi obtido a partir das pesquisas preliminares realizadas nas fontes acima e serve como referência de viabilidade orçamentária para a fase de planejamento. A pesquisa formal de preços será realizada conforme art. 23 da Lei 14.133/2021, com registro de no mínimo 3 fontes válidas, tratamento de outliers e cálculo de média/mediana.





8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: art. 18, §1º, VIII; art. 40, §§1º e 2º da Lei 14.133/2021; Súmula TCU 247.

8.1 Objeto admite divisão em lotes?

SIM. A contratação será parcelada em 7 (sete) lotes, correspondentes às categorias de veículos, conforme análise a seguir.

8.2 Justificativa do Parcelamento em 7 Lotes

- Viabilidade Técnica: cada lote corresponde a uma categoria de veículo com especificações, finalidades e perfis de uso distintos. A divisão não compromete a integridade técnica do conjunto nem gera dependência operacional entre os lotes;
- Ampliação da Competitividade: a divisão em lotes permite a participação de empresas especializadas por nicho (veículos de passeio, utilitários, SUVs, furgões), aumentando o número de concorrentes e a probabilidade de obtenção de propostas mais vantajosas;
- Aproveitamento do Mercado Segmentado: o mercado de locação de veículos é segmentado por categoria. Ao licitar por lotes, a Administração aproveita melhor as condições de mercado de cada segmento;
- Sem perda de economia de escala: os quantitativos de cada lote são suficientes para gerar competitividade intra-lote, não havendo indício de que a agregação eliminaria custos significativos;
- Estrutura de gestão disponível: a Administração dispõe de estrutura para gerir eventuais contratos múltiplos por meio do órgão central de frotas, gestor contratual central e fiscais setoriais;
- Tratamento favorecido às MPE: na fase externa, será verificada a incidência do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, conforme valor estimado de cada lote.

8.3 Condições de Medição e Pagamento

O pagamento será mensal, baseado na disponibilidade efetiva dos veículos comprovada pelo relatório de fiscalização, no prazo de até 30 dias após o ateste do fiscal. A metodologia de medição, incluindo indicadores de disponibilidade e SLAs, será detalhada no Termo de Referência.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES

Fundamentação: art. 18, §1º, XI da Lei 14.133/2021.





9.1 Contratos Correlatos em Vigor

- Abastecimento de Combustível: mantido em instrumento próprio, sem interdependência que inviabilize a execução do presente objeto;
- Seguro Obrigatório (DPVAT/DPEM): gerenciado pelas locadoras conforme obrigação legal.

9.2 Impacto em Contratações Futuras

Não se identificam contratações interdependentes que inviabilizem a execução do objeto. O presente contrato poderá ser prorrogado por até 10 anos, conforme art. 107 da Lei 14.133/2021, reduzindo a necessidade de novos processos licitatórios no curto prazo.

10. ANÁLISE DE RISCOS

Fundamentação: art. 18, §1º da Lei 14.133/2021 c/c art. 18 da IN SEGES 58/2022. A análise de riscos é de elaboração OBRIGATÓRIA.

10.1 Riscos da Fase de Planejamento e Seleção

Risco	Causa	Prob.	Impa cto	Nível	Ação Preventiva	Ação de Contingência / Responsável
R1 — Licitação deserta em algum lote	Exigências excessivas ou valor subestima do	Média	Alto	Alto	Ampliar requisitos; ajustar valor após pesquisa formal de preços	Reeditar com ajustes / EPC
R2 — Sobrepço na estimativa	Pesquisa de preços incompleta ou fontes defasadas	Baixa	Alto	Médio	Utilizar PNCP, Painel de Preços, mín. 3 fontes recentes	Revisar pesquisa antes de homologar / EPC
R3 — Restrição à competiti- vidade	Especifica- ções excessivas no TR	Baixa	Alto	Médio	Adotar requisitos mínimos funcionais; rever TR	Ajustar TR antes da publicação / Jurídico



Risco	Causa	Prob.	Impacto	Nível	Ação Preventiva	Ação de Contingência / Responsável
					conforme orientação DLC	
R4 — Recurso ou impugnação ao edital	Exigências contestadas por licitantes	Média	Médio	Médio	Fundamentar técnica-mente todas as exigências no TR	Tratar recurso; ajustar edital se necessário / COMI

10.2 Riscos da Fase de Execução Contratual

Risco	Causa	Prob.	Impacto	Nível	Ação Preventiva	Ação de Contingência / Responsável
R5 — Atraso ou falha na entrega de veículos	Inadimplemento contratual; sinistro na frota da locadora	Média	Alto	Alto	Prever SLA de substituição no TR; exigir garantia contratual	Notificação + aplicação de multa; substituição emergencial / Gestor
R6 — Qualidade inadequada dos veículos	Entrega de veículos fora das especificações; veículos oriundos de uso severo	Média	Médio	Médio	Inspeção técnica no recebimento; previsão de troca imediata	Recusa formal + substituição / Fiscal Técnico
R7 — Descontinuidade do serviço	Crise econômica do fornecedor ; rescisão	Baixa	Alto	Médio	Exigir garantia contratual (5%); avaliar	Rescisão + nova licitação; uso de veículos reserva /



Risco	Causa	Prob.	Im- pacto	Nível	Ação Preventiva	Ação de Contingência / Responsável
(falência/ inadimplência da contratada)	contratual				capacidade econômica na habilitação	Gestor
R8 — Uso indevido dos veículos por servidores	Ausência de controle; falta de rastreamento	Média	Médio	Médio	Exigir sistema de rastreamento; emitir normas de uso institucional	Apuração administrativa; responsabilização do servidor / SECADM
R9 — Acidentes de trânsito com veículos locados	Uso em situações de risco; manutenção insuficiente	Média	Alto	Alto	Exigir seguro total; vistoria na entrega; normas de uso	Acionar seguro; apurar responsabilidade; substituir veículo / Fiscal
R10 — Variação de preços durante a vigência do contrato	Inflação; variação de fretes; custos de manutenção	Média	Médio	Médio	Prever cláusula de reajuste por índice (IPCA ou INPC) no contrato	Análise de pedido de reequilíbrio / Gestor + Jurídico

Legenda — Probabilidade: Alta (A) / Média (M) / Baixa (B). Impacto: Alto / Médio / Baixo. EPC = Equipe de Planejamento da Contratação; COMI = Comissão/Agente de Contratação; SECADM = Secretaria Municipal de Administração.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Fundamentação: art. 18, §1º, X da Lei 14.133/2021.





11.1 Equipe de Fiscalização

- Designação formal de Gestor do Contrato (art. 117 da Lei 14.133/2021);
- Designação de Fiscal Técnico (responsável pela avaliação da conformidade dos veículos);
- Designação de Fiscal Administrativo (responsável pelo acompanhamento dos aspectos contratuais — pagamentos, garantias, documentação);
- Designação de Fiscais Setoriais nas principais Secretarias usuárias.

11.2 Resultados Pretendidos — Metas Revisadas

Meta de Desempenho	Valor Contratado (proposto)	Benchmark de Mercado	Fundamentação
Disponibilidade mínima da frota	≥ 95% por lote/mês	90% a 97% — padrão de contratos governamentais similares (PNCP)	Benchmark locação corporativa governamental
Prazo de substituição — padrão	Até 24 horas (regra geral)	24h a 48h — padrão de mercado	Exequibilidade logística regional
Prazo de substituição — urgência (Defesa Civil)	Até 6 horas (casos de emergência declarada)	Prazo especial mediante justificativa contratual	Necessidade operacional específica da Defesa Civil — exige comprovação de exequibilidade no TR
Redução de custos operacionais vs. frota própria	10% a 34% conforme categoria (TCO)	15% a 30% — referência de mercado (estudo AGU/TCU)	Estudo Econômico Revisado — Anexo I

11.3 Providências Administrativas

- Comunicar todas as Secretarias e órgãos usuários sobre os procedimentos para solicitação e uso dos novos veículos;
- Assegurar que o local de entrega (R. Alberto Werner, 100) esteja preparado para receber e inspecionar a frota;





- Realizar análise criteriosa da documentação da empresa vencedora antes da assinatura do contrato;
- Elaborar norma interna de utilização da frota locada, com previsão de controles de uso, autorização de deslocamento e responsabilização.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Fundamentação: art. 18, §1º, XII; art. 11, I da Lei 14.133/2021 — 'desenvolvimento nacional sustentável'.

12.1 Impactos Ambientais e Medidas

- A contratação privilegiará veículos com melhor eficiência energética e menor emissão de CO₂, em conformidade com as normas do PROCONVE (Resolução CONAMA 491/2018);
- A contratada assumirá a responsabilidade pela destinação ambientalmente adequada de resíduos: pneus (CONAMA 416/2009), baterias (CONAMA 401/2008), óleos lubrificantes (CONAMA 362/2005) e demais peças substituídas — logística reversa aplicável;
- Veículos descartados ao final do ciclo de vida deverão ter destinação adequada pela locadora, aliviando este encargo do Município.

12.2 Aspectos Sociais

Na fase de habilitação, será verificada a conformidade com a legislação trabalhista e previdenciária. O edital poderá prever, no critério de desempate, preferência para empresas que empreguem pessoas com deficiência, conforme art. 25, §9º da Lei 14.133/2021.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: art. 18, §1º, XIII da Lei 14.133/2021.

13.1 Viabilidade da Contratação

<input checked="" type="checkbox"/> VIÁVEL — técnica e economicamente	<input type="checkbox"/> INVIÁVEL
---	-----------------------------------

13.2 Síntese Conclusiva

O presente Estudo Técnico Preliminar, elaborado em sua versão 4.0 em resposta à devolutiva da Gerência de Licitações (DLC), demonstra:





- **PROBLEMA:** a Administração Municipal de Itajaí/SC não dispõe de frota capaz de garantir mobilidade institucional contínua, segura e economicamente eficiente — frota envelhecida (idade média de 8,4 anos), com alta taxa de indisponibilidade (18% a 25%) e custos crescentes e imprevisíveis de manutenção;
- **SOLUÇÃO:** a locação de veículos automotores sem motorista, em regime Full Service (manutenção, seguro, assistência e substituição inclusos), em 7 lotes e 70 veículos, pelo prazo de 12 meses prorrogável;
- **VANTAGEM ECONÔMICA:** demonstrada pelo TCO revisado — economia de 6% a 34% sobre a alternativa de frota própria, conforme categoria, com transformação de custos variáveis em despesa fixa e previsível;
- **CONFORMIDADE LEGAL:** ETP elaborado conforme os 13 elementos do art. 18, §1º da Lei 14.133/2021, Decreto Municipal nº 12.840/2024 e orientações da DLC (e-DOC 95745AC9);
- **VALOR MÁXIMO ESTIMADO:** R\$ 3.692.315,04 para 12 meses, com memória de cálculo a ser formalizada no Mapa de Preços (Evento 12).

13.3 Pendências Críticas Antes do Avanço para a Fase Seguinte

Nº	Pendência	Ação Necessária	Responsável
1	Formalização do Mapa de Preços (Evento 12)	Utilizar modelo DLC disponível no site da PM Itajaí, com pesquisa formal conforme art. 23 da Lei 14.133/2021	Equipe de Planejamento
2	Revisão do Termo de Referência conforme orientações da DLC	Eliminar especificações restritivas; adequar habilitação; definir SLAs; usar modelo padrão DLC	Equipe de Planejamento
3	Dotação orçamentária formal	Emissão de declaração de dotação orçamentária suficiente para a despesa estimada	Sec. de Finanças
4	Dados quantitativos de frota para reforço do ETP	Juntada ao processo de relatório formal da Central de Veículos com dados históricos de manutenção e indisponibilidade	Central de Veículos / SECADM
5	Retorno do ETP à DLC para nova análise	Submeter esta versão revisada (ETP v4.0) e o TR	SECADM / Gestor do Processo





Nº	Pendência	Ação Necessária	Responsável
		revisado à nova análise de conformidade da DLC	
6	Elaboração de ETP específico para sistemas de rastreamento veicular (Alternativa B – item 9.2)	Definição da melhor solução para abranger a todas as frotas.	Equipe de Planejamento

APROVAÇÃO E ASSINATURAS

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado na versão 4.0, com aprofundamento técnico-jurídico dos critérios de conservação e substituição de frota, aprovamos e atestamos a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Integrante Técnico
Rodrigo Antônio Corin
Cavalheiro
Motorista — Matrícula
1304901

Integrante Requisitante
Jonas Anselmo
Assessor 1 — Matrícula
2701001

Integrante Requisitante
Marcio Gazaniga Moraes
Diretor — Matrícula
2703501

De Acordo — Autoridade Aprovadora

Marnei Luchtenberg
Diretor Executivo de Administração — Matrícula 2677501

Itajaí/SC, 24 de março de 2026.





SECADM

Secretaria Municipal de Administração
e Gestão de Pessoas



Anexo 1

JUSTIFICATIVA DA VANTAJOSIDADE DA LOCAÇÃO EM RELAÇÃO À AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, que exige a análise das alternativas possíveis e a demonstração da solução mais vantajosa para a Administração Pública, foi realizado estudo comparativo entre os modelos de **aquisição** e **locação de veículos automotores**, considerando o horizonte temporal de 36 (trinta e seis) meses.

Para subsidiar a análise, foram adotados veículos de referência compatíveis com as necessidades operacionais de cada lote, sendo levantados os seguintes componentes de custo no cenário de aquisição:

- Valor de mercado dos veículos (com base na Tabela FIPE);
- Custos obrigatórios anuais, como IPVA e seguro;
- Despesas operacionais recorrentes, como revisão/manutenção e lavagem;
- Perda de valor do bem ao longo do tempo (depreciação);
- Custo de oportunidade do capital investido, considerando a possibilidade de aplicação financeira dos recursos públicos.

A partir desses elementos, foi elaborada projeção financeira para o período de 36 meses, permitindo a apuração do custo total de propriedade (TCO – Total Cost of Ownership) dos veículos.

Os resultados demonstraram que o modelo de **aquisição implica imobilização significativa de capital público**, além de sujeitar a Administração a custos variáveis e riscos inerentes à gestão de frota, tais como manutenção corretiva, desvalorização acelerada dos veículos e eventual ociosidade.

Por outro lado, o modelo de **locação de veículos** apresenta as seguintes vantagens:





SECADM

Secretaria Municipal de Administração
e Gestão de Pessoas



- Eliminação do investimento inicial elevado;
- Previsibilidade orçamentária, com custos mensais fixos;
- Transferência de riscos operacionais à contratada (manutenção, seguro, substituição de veículos, entre outros);
- Atualização tecnológica da frota ao longo do contrato;
- Redução de encargos administrativos relacionados à gestão e manutenção dos veículos.

Adicionalmente, ao considerar o custo de oportunidade do capital, verifica-se que os recursos que seriam destinados à aquisição podem ser alocados em outras áreas prioritárias da Administração Pública, potencializando o atendimento ao interesse público.

Dessa forma, com base na análise técnica e econômica realizada, conclui-se que a **locação de veículos se mostra mais vantajosa sob os aspectos financeiro, operacional e gerencial**, atendendo ao princípio da eficiência e à busca da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme preconizado pela Lei nº 14.133/2021.



**SECADM**Secretaria Municipal de Administração
e Gestão de Pessoas**ESTIMATIVA DE CUSTOS COM AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS**

REFERENCIA	QUANTI- DADE	VEICULOS	VALOR FIPE UNITÁRIO	TOTAL P/ AQUISIÇÃO	IPVA 36 MESES	SEGURO 36 MESES	LAVAÇÃO 36 MESES	REVISÃO/MAN UT 36 MESES	PERDA INVEST 36 MESES	CUSTO UNITARIO 36 MESES	CUSTO TOTAL 36 MESES	INVESTIMENTO TOTAL 36 MESES
POLO /2025	39	1.0 HATCH	90.802,00	3.541.278,00	4.540,10	7.945,18	8.640,00	4.500,00	36.768,27	62.393,55	2.433.348,34	5.974.626,34
ONIX 1.0 TURBO	8	SEDAN 110CV	112.196,00	897.568,00	5.609,80	9.817,15	8.640,00	4.500,00	45.431,30	73.998,25	591.986,02	1.489.554,02
COROLLA CROSS 2.0	2	SUV 2.0	190.772,00	381.544,00	9.538,60	16.692,55	8.640,00	7.800,00	77.248,92	119.920,07	239.840,15	621.384,15
SPIN	4	MINIVAN 110CV	152.798,00	611.192,00	7.639,90	13.369,83	8.640,00	4.800,00	61.872,19	96.321,91	385.287,65	996.479,65
STRADA	3	FURGÃO COMPACTO 1.3	112.235,00	336.705,00	5.611,75	9.820,56	14.400,00	4.800,00	45.447,09	80.079,41	240.238,22	576.943,22
STRADA CABINE DUPLA	13	UTILITARIO COMPACTO 1.3 5 LUGARES	126.097,00	1.639.261,00	6.304,85	11.033,49	14.400,00	4.800,00	51.060,21	87.598,54	1.138.781,07	2.778.042,07
HILUX SW4	1	OFF ROAD 4X4 VIATURA	417.321,00	417.321,00	20.866,05	36.515,59	21.600,00	15.000,00	168.984,96	262.966,60	262.966,60	680.287,60
TOTAL	70		1.202.221,00	7.824.869,00	60.111,05	105.194,34	84.960,00	46.200,00	486.812,95	783.278,33	5.292.448,04	13.117.317,04

Rua Alberto Werner, nº 100 – Vila Operária – Itajaí/SC
Telefone: (47) 3341-6000 | www.itajai.sc.gov.br

**SECADM**Secretaria Municipal de Administração
e Gestão de Pessoas**ESTIMATIVA DE CUSTOS DE LOCAÇÃO**

REFERENCIA	QUANTI DADE	VEICULOS	VLR UNITÁRIO LOCAÇÃO	VLR UNITÁRIO 12 MESES	VALOR TOTAL 12 MESES	VLR UNITÁRIO 36 MESES	VALOR TOTAL 36 MESES
POLO /2025	39	1.0 HATCH	3.768,25	45.219,00	1.763.541,00	135.657,00	5.290.623,00
ONIX 1.0 TURBO	8	SEDAN 110CV	4.519,50	54.234,00	433.872,00	162.702,00	1.301.616,00
COROLLA CROSS 2.0	2	SUV 2.0	8.095,75	97.149,00	194.298,00	291.447,00	582.894,00
SPIN	4	MINIVAN 110CV	5.435,00	65.220,00	260.880,00	195.660,00	782.640,00
STRADA	3	FURGAO COMPACTO 1.3	4.499,50	53.994,00	161.982,00	161.982,00	485.946,00
STRADA CABINE DUPLA	13	UTILITARIO COMPACTO 1.3 5 LUGARES	4.674,50	56.094,00	729.222,00	168.282,00	2.187.666,00
HILUX SW4	1	OFF ROAD 4X4 VIATURA	12.376,67	148.520,04	148.520,04	445.560,12	445.560,12
TOTAL	70		43.369,17	520.430,04	3.692.315,04	1.561.290,12	11.076.945,12

COMPARATIVO

ECONOMIA COM A LOCAÇÃO VALOR %	
684.003,34	11,45%
187.938,02	12,62%
38.490,15	6,19%
213.839,65	21,46%
90.997,22	15,77%
590.376,07	21,25%
234.727,48	34,50%
2.040.371,92	17,61%



**SECADM**Secretaria Municipal de Administração
e Gestão de Pessoas**VEÍCULO****1.0 HATCH****TABELA FIPE****CUSTO DO ALUGUEL**90.802,00
MENSAL

3.768,25

CUSTOS COM OS VEÍCULOS PRÓPRIOS**2**

DESPESA		1. ano	2. ano	3. ano	
IPVA		1.816,04	1.452,83	1.271,23	4.540,10
Revisão/Manutenção		1.500,00	1.500,00	1.500,00	4.500,00
Seguro		3.178,07	2.542,46	2.224,65	7.945,18
Perda com investimento	12,00%	10.896,24	12.203,79	13.668,24	36.768,27
Lavação		2.880,00	2.880,00	2.880,00	8.640,00
TOTAL		20.270,35	20.579,08	21.544,12	62.393,55
Depreciação		18.160,40	9.080,20	9.080,20	

	FROTA P	FROTA T
Custo de Aquisição do Carro	- 90.802,00	-
Custo com a Frota	- 62.393,55	- 135.657,00
TOTAL	- 153.195,55	-135.657,00

ECONOMIA COM TERCEIRIZAÇÃO

17.538,55

-11,45%

Rua Alberto Werner, nº 100 – Vila Operária – Itajaí/SC
Telefone: (47) 3341-6000 | www.itajai.sc.gov.br

**SECADM**Secretaria Municipal de Administração
e Gestão de Pessoas**VEÍCULO**

SEDAN 110CV

TABELA FIPE

CUSTO DO ALUGUEL

112.196,00

MENSAL

4.519,50

CUSTOS COM OS VEÍCULOS PRÓPRIOS**2**

DESPESA		1. ano	2. ano	3. ano	
IPVA		2.243,92	1.795,14	1.570,74	5.609,80
Revisão/Manutenção		1.500,00	1.500,00	1.500,00	4.500,00
Seguro		3.926,86	3.141,49	2.748,80	9.817,15
Perda com investimento	12,00%	13.463,52	15.079,14	16.888,64	45.431,30
Lavação		2.880,00	2.880,00	2.880,00	8.640,00
TOTAL		24.014,30	24.395,77	25.588,19	73.998,25
Depreciação		22.439,20	11.219,60	11.219,60	44.878,40

	FROTA P	FROTA T
Custo de Aquisição do Carro	- 112.196,00	-
Custo com a Frota	- 73.998,25	- 162.702,00
TOTAL	- 186.194,25	- 162.702,00

ECONOMIA COM TERCEIRIZAÇÃO

23.492,25

-12,62%



**SECADM**Secretaria Municipal de Administração
e Gestão de Pessoas**VEÍCULO**

SUV 2.0

TABELA FIPE
CUSTO DO ALUGUEL190.772,00
MENSAL

8.095,75

CUSTOS COM OS VEÍCULOS PRÓPRIOS**2**

DESPESA		1. ano	2. ano	3. ano	
IPVA		3.815,44	3.052,35	2.670,81	9.538,60
Revisão/Manutenção		2.600,00	2.600,00	2.600,00	7.800,00
Seguro		6.677,02	5.341,62	4.673,91	16.692,55
Perda com investimento	12,00%	22.892,64	25.639,76	28.716,53	77.248,92
Lavação		2.880,00	2.880,00	2.880,00	8.640,00
TOTAL		38.865,10	39.513,72	41.541,25	119.920,07
Depreciação		38.154,40	19.077,20	19.077,20	76.308,80

	FROTA P	FROTA T
Custo de Aquisição do Carro	- 190.772,00	-
Custo com a Frota	- 119.920,07	- 291.447,00
TOTAL	- 310.692,07	- 291.447,00

ECONOMIA COM TERCEIRIZAÇÃO

19.245,07

-6,19%

Rua Alberto Werner, nº 100 – Vila Operária – Itajaí/SC
Telefone: (47) 3341-6000 | www.itajai.sc.gov.br

**SECADM**Secretaria Municipal de Administração
e Gestão de Pessoas**VEÍCULO**

MINIVAN 115CV 7LUG

TABELA FIPE

CUSTO DO ALUGUEL

152.798,00

MENSAL

5.435,00

CUSTOS COM OS VEÍCULOS PRÓPRIOS**2****DESPESA****1. ano****2. ano****3. ano**

IPVA		3.055,96	2.444,77	2.139,17	7.639,90
Revisão/Manutenção		1.600,00	1.600,00	1.600,00	4.800,00
Seguro		5.347,93	4.278,34	3.743,55	13.369,83
Perda com investimento	12,00%	18.335,76	20.536,05	23.000,38	61.872,19
Lavação		2.880,00	2.880,00	2.880,00	8.640,00

TOTAL**31.219,65****31.739,16****33.363,10****96.321,91**

Depreciação		30.559,60	15.279,80	15.279,80	61.119,20
-------------	--	-----------	-----------	-----------	-----------

FROTA P

FROTA T

Custo de Aquisição do Carro

- 152.798,00

-

Custo com a Frota

- 96.321,91

- 195.660,00

TOTAL**- 249.119,91****- 195.660,00****ECONOMIA COM TERCEIRIZAÇÃO****53.459,91****-21,46%**Rua Alberto Werner, nº 100 – Vila Operária – Itajaí/SC
Telefone: (47) 3341-6000 | www.itajai.sc.gov.br

**SECADM**Secretaria Municipal de Administração
e Gestão de Pessoas**VEÍCULO****FURGAO COMPACTO 1.3****TABELA FIPE****CUSTO DO ALUGUEL**

112.235,00

MENSAL

4.499,50

CUSTOS COM OS VEÍCULOS PRÓPRIOS**2****DESPESA****1. ano****2. ano****3. ano**

IPVA		2.244,70	1.795,76	1.571,29	5.611,75
Revisão/Manutenção		1.600,00	1.600,00	1.600,00	4.800,00
Seguro		3.928,23	3.142,58	2.749,76	9.820,56
Perda com investimento	12,00%	13.468,20	15.084,38	16.894,51	45.447,09
Lavação		4.800,00	4.800,00	4.800,00	14.400,00
TOTAL		26.041,13	26.422,72	27.615,56	80.079,41
Depreciação		22.447,00	11.223,50	11.223,50	44.894,00

FROTA P

FROTA T

Custo de Aquisição do Carro

- 112.235,00

-

Custo com a Frota

- 80.079,41

- 161.982,00

TOTAL**- 192.314,41****- 161.982,00****ECONOMIA COM TERCEIRIZAÇÃO**

30.332,41

-15,77%

Rua Alberto Werner, nº 100 – Vila Operária – Itajaí/SC
Telefone: (47) 3341-6000 | www.itajai.sc.gov.br

**SECADM**Secretaria Municipal de Administração
e Gestão de Pessoas**VEÍCULO****UTILITARIO COMPACTO 1.3 5 LUGARES****TABELA FIPE**

126.097,00

CUSTO DO ALUGUEL

MENSAL

4.674,50

CUSTOS COM OS VEÍCULOS PRÓPRIOS**2****DESPESA****1. ano****2. ano****3. ano**

IPVA		2.521,94	2.017,55	1.765,36	6.304,85
Revisão/Manutenção		1.600,00	1.600,00	1.600,00	4.800,00
Seguro		4.413,40	3.530,72	3.089,38	11.033,49
Perda com investimento	12,00%	15.131,64	16.947,44	18.981,13	51.060,21
Lavação		4.800,00	4.800,00	4.800,00	14.400,00

TOTAL**28.466,98****28.895,70****30.235,86****87.598,54**

Depreciação

25.219,40

12.609,70

12.609,70

50.438,80

FROTA P

FROTA T

Custo de Aquisição do Carro

- 126.097,00

-

Custo com a Frota

- 87.598,54

- 168.282,00

TOTAL**- 213.695,54****- 168.282,00****ECONOMIA COM TERCEIRIZAÇÃO**

45.413,54

-21,25%

Rua Alberto Werner, nº 100 – Vila Operária – Itajaí/SC
Telefone: (47) 3341-6000 | www.itajai.sc.gov.br

**SECADM**Secretaria Municipal de Administração
e Gestão de Pessoas**VEÍCULO****OFF ROAD 4X4 VIATURA****TABELA FIPE****CUSTO DO ALUGUEL**

417.321,00

MENSAL

12.376,67

CUSTOS COM OS VEÍCULOS PRÓPRIOS**2****DESPESA****1. ano****2. ano****3. ano**

IPVA		8.346,42	6.677,14	5.842,49	20.866,05
Revisão/Manutenção		5.000,00	5.000,00	5.000,00	15.000,00
Seguro		14.606,24	11.684,99	10.224,36	36.515,59
Perda com investimento	12,00%	50.078,52	56.087,94	62.818,50	168.984,96
Lavação		7.200,00	7.200,00	7.200,00	21.600,00

TOTAL**85.231,18****86.650,07****91.085,35****262.966,60**

Depreciação		83.464,20	41.732,10	41.732,10	166.928,40
-------------	--	-----------	-----------	-----------	------------

FROTA P

FROTA T

Custo de Aquisição do Carro

- 417.321,00

-

Custo com a Frota

- 262.966,60

- 445.560,12

TOTAL**- 680.287,60****- 445.560,12****ECONOMIA COM TERCEIRIZAÇÃO**

234.727,48

-34,50%

Rua Alberto Werner, nº 100 – Vila Operária – Itajaí/SC
Telefone: (47) 3341-6000 | www.itajai.sc.gov.br